

Estudos

Interdisciplinares sobre

Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA	
Priscila Coimbra Rocha Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 2	12
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU	
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida Edméia de Almeida Cardoso Coelho Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 3	22
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE	
Isabel Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	
CAPÍTULO 4	35
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS	
Samara Farias dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8951919114	
CAPÍTULO 5	47
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO <i>ESTADÃO</i> : O CASO DE AMANDA BUENO	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.8951919115	
CAPÍTULO 6	58
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	
Joise Magarão Queiroz Silva Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Írbia Fernandes de Medeiros Letícia da Silva Cabral Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.8951919116	

CAPÍTULO 7	65
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC	
Alessandra Knoll	
Felipe Basso Silva	
Gabriel Bittencourt de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.8951919117	
CAPÍTULO 8	78
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA	
Taise de Jesus Chates	
Mirela Santiago Santos	
Rafael Bomfim Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919118	
CAPÍTULO 9	87
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”	
Thainá Oliveira Chemelo	
Anna Marcella Mendes Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.8951919119	
CAPÍTULO 10	100
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes	
Valdenora Souza Mota	
Dayane Rainha da Silva	
Maria Madalena Pontes Melo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919110	
CAPÍTULO 11	111
PRINCESAS NA <i>TIMELINE</i> : A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET	
Ana Carolina Rocha Lisita	
Patrícia Quitero Rosenzweig	
Rosa Maria Berardo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 12	124
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 13	136
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO	
Daniela Bento Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	

CAPÍTULO 14	146
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS	
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191114	
CAPÍTULO 15	150
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.89519191115	
CAPÍTULO 16	163
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO	
Juliana Maria Duarte Marques	
DOI 10.22533/at.ed.89519191116	
CAPÍTULO 17	175
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA	
Maria Juivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.89519191117	
CAPÍTULO 18	186
MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”	
Thalita Santos Reis Luduvico	
DOI 10.22533/at.ed.89519191118	
CAPÍTULO 19	195
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA	
Maria Zeneide Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89519191119	
CAPÍTULO 20	209
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	
Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191120	

CAPÍTULO 21	217
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	
Viviana Pittalis	
Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA

Priscila Coimbra Rocha

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva
Salvador - Bahia

Clarice Moreira Portugal

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva
Salvador - Bahia

Caliandra Machado Pinheiro

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva
Salvador - Bahia

RESUMO: A não universalidade da categoria “mulher” tem sido objeto de atenção da teoria e de práticas feministas. Através da afirmação de outras humanidades, em encontros de fragmentos de discursos feministas e de discursos antimanicomial, sobrevém a possibilidade de visibilizar mulheres outras, como as loucas. Para a questão da não essencialização da mulher, a teoria da interseccionalidade se apresenta como uma resposta teórica e política possível. O artigo objetiva refletir sobre o lugar de fala das mulheres loucas, nesse sentido, compreendendo e inserindo a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional. O texto apresenta três linhas de tessituras: Gênero e Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica

Brasileira; Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; e Loucura como categoria útil para análise interseccional.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Interseccionalidade, Mulher Louca.

“AIN’T I A WOMAN?”: FRAGMENTS FROM AN ANTI-ASYLUM FEMINIST DISCOURSE OR ABOUT THE NECESSARY GUARANTEE OF PLACE OF SPEECH AND LISTENING TO THE MAD WOMAN

ABSTRACT: The non-universality of the “woman” category has been the object of feminist theory and practice. Through the affirmation of other humanities, in encounters of fragments of feminist discourses and anti-asylum discourses, emerges the possibility of making other women visible, as the mad ones. Taking into account the issue of non-essentialization of women, the theory of intersectionality appears as a possible theoretical and political answer. The article aims to reflect on the place of speech of mad women, in this sense, comprehending and introducing madness as a useful analytical category for intersectional debate. The text presents three lines of textures: Gender and Mental Health in the context of the Brazilian Psychiatric Reform; Intersectionality and Intersectional Feminism; and Madness as a useful category

for intersectional analysis.

KEYWORDS: Feminism. Intersectionality. Mad woman.

1 | INTRODUÇÃO

A questão de Sojourner, mulher negra, nascida em cativeiro, abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher, “- E eu não sou uma mulher?!”, formulada em 1851 em Ohio nos EUA permanece atual, ainda que passados mais de um século. A argumentação sustentada por Sojourner quando de sua participação na Convenção dos Direitos da Mulher, ainda que em discurso feito de improviso, foi registrada por outrem e publicada à época:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessarem um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum me conseguiu superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (ROBINSON, 1851 apud RIBEIRO, 2017, p. 20).

Questão atual em sua forma, posto que ainda seja necessário disputar politicamente a possibilidade de produção intelectual de grupo de mulheres historicamente marginalizadas, na qualidade de sujeitos históricos. Questão atualizada em seu conteúdo, posto que o feminismo interseccional se apresenta como orientador e também como desafio para as questões de mulheres; e em consequência, como herança desse movimento matriarcado, outros feminismos tem podido se apresentar, como o feminismo antimanicomial.

Retornando à questão de Sojourner, em convergência com argumentação feita por Djamila Ribeiro (2017), tal discurso aponta para um “grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher” (RIBEIRO, 2017, p. 21), ao tempo em que “desafiava o modo pelo qual as representações do feminismo estavam sendo concebidas e, na prática, tentava restituir humanidades negadas” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

E é no ponto da possibilidade de afirmação de outras humanidades que os fragmentos de discursos feministas e de discursos antimanicomiais se encontram, na perspectiva de visibilizar as mulheres loucas, potencializar seu lugar de fala e fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional.

A não universalidade da categoria “mulher” nem sempre esteve no escopo da teoria e prática feministas. Conceição Nogueira (2017) nos orienta na compreensão de que referir-se a mulher, em essência, tornou-se insuficiente para dar conta da realidade de todas as mulheres, sendo, portanto, para a autora, a teoria da

interseccionalidade tomada como uma resposta teórica e política possível às questões que tem surgido dentro dos feminismos.

No campo do movimento e da luta antimanicomial tanto na teoria quanto na prática pouco tem se incorporado as questões de gênero. Apesar dos processos de desinstitucionalização colocarem entre parênteses a doença para que o sujeito emerge, essa emergência ainda pouco tem escutado e visibilizado as questões das mulheres loucas. Ainda no tangente à desinstitucionalização, o que está em jogo na Reforma Psiquiátrica é a desconstrução de saberes, práticas e discursos comprometidos com a objetivação da loucura e sua redução à doença. De tal sorte que vislumbrar uma sociedade igualitária, livre de manicômios, significa lutar contra todas as formas de opressão existentes; e a luta antimanicomial é uma delas, também o é a luta feminista, sendo estes os pontos de aproximação nos quais nos implicamos.

As lutas feministas e as lutas antimanicomiais, se articuladas, têm diversos pontos de tangenciamento e convergência. Como argumentado por Rachel Passos e Melissa Pereira “ambas nos colocam frente à problemática da dominação burguesa e patriarcal sobre as mulheres, a partir da medicalização e institucionalização, o que encontra na lógica manicomial saberes e espaços privilegiados” (PASSOS e PEREIRA, 2017, p. 27). Ainda para as autoras, além disso:

A Reforma Psiquiátrica e os Feminismos Interseccionais apresentam muitas possibilidades de diálogos teóricos e de uma práxis. Ao serem calcados a partir de uma importante crise de paradigmas das Ciências Sociais, Humanas e da Historiografia, ambos foram diretamente influenciados – e influenciaram – os movimentos sociais correspondentes. Esses são aspectos centrais que não nos permitem mais adiar este diálogo tanto nos debates antimanicomiais quanto nos feministas, a fim de que a abordagem ganhe fôlego nos movimentos sociais, na academia, nos espaços de formação e cotidiano dos serviços de saúde, assistência social, educacionais, entre outros (PASSOS e PEREIRA, 2017, p. 27).

Diante desse escopo, este artigo objetiva refletir sobre o lugar de fala das mulheres loucas tendendo a fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional. O texto será produzido a partir de três linhas de tessituras: a primeira versará sobre Gênero e Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira; a segunda sobre Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; a terceira sobre Loucura como categoria útil para análise interseccional.

2 | GÊNERO E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

O campo da saúde mental, reconhecido como prioritário na atenção à saúde, não tem apresentado suficientemente em suas diretrizes políticas e assistenciais modelos que reconheçam as desigualdades de gênero. O movimento da reforma psiquiátrica brasileira, ainda que sustentado nos direitos humanos, tanto na teoria

quanto na prática, pouco tem incorporado especificidades do adoecimento psíquico de mulheres.

No Brasil, estudos apontam que as mulheres são a maioria na maior parte dos serviços de saúde mental criados no processo da reforma psiquiátrica brasileira como usuárias e/ou familiares e, sobretudo, consumidoras de psicofármacos prescritos nesses serviços (MALUF e TORNQUIST, 2010; ANDRADE, 2010; VARGAS, 2015).

Nesse cenário existem particularidades quanto a maior ou menor presença das mulheres nesses serviços: nos serviços da atenção básica a presença de mulheres é significativamente maior, já nos serviços da atenção psicossocial voltados para álcool e outras drogas a presença de mulheres é menor, quando comparada à presença de homens, o que pode indicar diferenças socioculturais, dentre outras, nos modos como mulheres e homens lidam com seus sofrimentos (MALUF e ANDRADE, 2017).

Uma revisão integrativa de literatura sobre adoecimento psíquico em mulheres brasileiras (SILVA et al, 2013) sinaliza que tais processos se relacionam com: conflitos das relações conjugais, de trabalho e a violência de gênero; bem como com a infertilidade, o envelhecimento e as doenças crônicas, e também as preocupações imagéticas corporais.

Estudos sobre os diagnósticos e sintomas, a partir de uma perspectiva de gênero e saúde mental, têm demonstrado em seus resultados diferentes processos de adoecimento mental: há prevalência de diagnósticos relacionados aos transtornos do humor em mulheres e, nos homens, de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes; ainda apontam resultados que evidenciaram o adoecimento psíquico feminino relacionado ao campo de vivências cotidianas, marcadamente violências, demonstrando processos de medicalização da vida, psiquiatrização e psicologização, sobretudo no caso das mulheres (CAMPOS e ZANELLO, 2016).

Em estudo realizado em hospital psiquiátrico (ZANELLO e BUKOWITZ, 2011), sublinha-se o quanto o sofrimento psíquico é mediado e constituído por valores de gênero, destacando a quebra psíquica como um evento não aleatório. No estudo citado, as autoras encontraram uma prevalência de 77% de falas marcadas por queixas relacionais (amorosas, familiares e outras) dentre as mulheres, além de uma afirmação da beleza, sexo, autoenaltimento e capacidade de cuidar; e discursos marcados (71%) pela virilidade sexual, laborativa, de força física, fama e riqueza, além de queixas amorosas e familiares entre os homens.

Em convergência, um estudo realizado em Centro de Atenção Psicossocial – serviço substitutivo aos hospitais psiquiátricos – aponta que enquanto a fala das mulheres é marcada, sobretudo, pelo sofrimento em não conseguir maternar e dar conta dos afazeres domésticos, por vezes relegado ao silenciamento; na dos homens destacou-se o sofrimento em não poder trabalhar e prover a família, além da importância e dificuldade em se manter em uma sexualidade masculina hegemônica (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015).

Ademais, Zanello, Bukowitz e Coelho (2011) e Zanello, Fiuza e Costa (2015)

apontam valores e ideias relacionados a homens e mulheres, de diversas faixas etárias e classes sociais dentro da nossa cultura, de tal forma que, segundo as autoras, as categorias valorizadas nas mulheres percorrem três eixos: renúncia sexual, traços de caráter relacional e beleza estética; os homens por sua vez são valorizados em relação à virilidade sexual, comportamento sexual ativo e laborativo, ser “provedor”.

Um dos principais mecanismos de incitação das performances gendradas são as tecnologias de gênero. Tecnologia de gênero é terminologia cunhada por Teresa de Lauretis (LAURETIS, 1984 apud ZANELLO, 2016) e refere-se a tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana que possuem a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres, promovendo engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis; ou sejam, engendram modos e processos de subjetivação, criam e reafirmam modos de sentir e de (se) perceber.

Para Zanello (2018), atualmente as tecnologias de gênero têm provocado dois aspectos naturalizados e considerados como fundamentais para plena realização de uma mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno) e estes se constituem como caminhos privilegiados para processos de subjetivação de mulheres existentes em nossa cultura.

Ainda para Zanello (2018) os processos de adoecimento de mulheres, marcadamente medicalizados e medicalizantes via psiquiatrização e psicologização, têm ocupado lugares através de discursos e ausências através de silenciamentos. Se, por um lado, existem produções científicas de diversas áreas sobre o tema, por outro, parece existir um equívoco que tende a reduzir ao foro íntimo, ou seja, ao campo privado, processos que são construídos social e politicamente, como a compreensão de diagnósticos psicopatológicos relacionados à saúde da mulher.

O breve panorama demonstra a necessidade de que se analise a questão de forma interseccional, considerando também as relações de raça, e – por que não? – tomando a loucura como categoria de análise. Nesse sentido, ela é entendida como categoria social que causa opressão, de forma a propiciar uma ampliação dos debates sobre a prática psiquiatrizante e psicologizante de lidar com o sofrimento mental de mulheres no campo da saúde, que tende a reificar a “doença” e reduzir a mulher a um corpo biológico, uma vez que destaca aspectos gendrados biologizantes da experiência do sofrimento psíquico. Sigamos agora às duas linhas de tessitura seguintes, quais sejam: Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; e Loucura como categoria útil para análise interseccional.

3 | INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO INTERSECCIONAL

Interseccionalidade é uma formulação do campo das ciências sociais, do início dos anos de 1990, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, cuja proposta é levar em

conta as múltiplas fontes da identidade e a associação de sistemas múltiplos de subordinação.

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p 177).

O conceito, elaborado por feministas negras, constitui uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que identifiquem os processos de interação entre as categorias classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais (RODRIGUES, 2013).

Hirata (2014), numa aproximação didática, apresenta o conceito com subdivisão em duas categorias: a *interseccionalidade estrutural*, que se exemplifica na posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero, em suas repercussões na experiência da violência conjugal e do estupro, bem como nas formas de resposta a tais violências; e a *interseccionalidade política*, que se apresenta nas políticas feministas e antirracistas que acabam por marginalizar a questão da violência em relação às mulheres de cor.

As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo, dentre outras. Essa noção de 'interação' entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento (HIRATA, 2014).

Crenshaw (2002) oferece a imagem de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão, sendo que em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a.

A interseccionalidade pode ser vista também como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Piscitelli (2008) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma arma política, que diz respeito às condições sociais de produção de conhecimentos e à questão da justiça social. Para a autora, é necessário pensar conjuntamente as dominações a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução.

Ora, se admitirmos que as relações sociais de poder são interseccionais, dentro do movimento feminista não aparecerão apenas as relações de gênero, mas todas aquelas que se entrecruzam com ele, validando um dos critérios

definidores de movimento social: a pluralidade de atores, discursos e ações. Ao partir da contingência e desejando possuir incidência sobre ela, o movimento feminista parte não apenas da vida experienciada das diversas mulheres que o compõem, como passa a lidar com a vida de outras mulheres imbricadas nas diversas combinações que podem existir entre as dimensões estruturantes e interseccionalizadas de suas vidas. Assim, vários sujeitos, demandas e ações são constituídos a partir da categoria não homogênea “mulher”, abrindo-se espaço para falar não em feminismo, mas em feminismos (BRAH, 2006, p. 9).

Conceição Nogueira (2017), na obra “Interseccionalidade e Psicologia Feminista”, tomando as lutas históricas das mulheres negras, descreve que a figura da mulher dócil, frágil, dependente de uma relação heterossexual, não condizia com a realidade de uma grande parcela de mulheres a quem a vida do trabalho e de outras opressões se apresentava.

Ainda nessa direção, Rachel Passos e Melissa Pereira (2017) argumentam que as mulheres globais do sul – mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres *loucas* (grifo nosso) – têm denunciado sua não representatividade pelo que se costumou chamar de “feminismo branco acadêmico”. As autoras descrevem que essas mulheres através dos movimentos sociais e também de produções teóricas têm mobilizado e questionado os feminismos, tensionando-os por meio de outras problematizações e teorizações.

Os questionamentos teóricos e as proposições militantes permeiam os múltiplos feminismos, ampliando a categoria gênero e a concepção das relações sociais e fazendo com que se considerem inúmeras variáveis que determinam o que é ser mulher, tanto na forma objetiva quanto subjetiva. Em especial, passa a se chamar atenção para as singularidades, as diferentes opressões e os diferentes lugares sociais das mulheres. Esse tem sido um importante processo entendido como feminismos interseccionais (CRENSHAW, 2002; NOGUEIRA, 2017; HIRATA 2014).

Ora, se é tão importante ouvir mulheres outras, possibilitar lugar de fala a múltiplas mulheres, no tom da questão de Caetano, questionamo-nos: “por que não?!” Por que não ouvir e deixar falar as mulheres loucas? E por que não fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional?

4 | LOUCURA COMO CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Antes de tratar sobre a loucura como categoria útil para análise interseccional, é importante compreender lugar de fala, já que é a particularidade da vivência das mulheres loucas que pode fazer emergir tal categoria.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir [...] pensamos lugar de fala como uma forma de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes. [...] Por ocuparem a mesma localização social indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder, e são essas os objetos de análise [...] Por mais que sujeitos sejam reacionários não deixaram de sofrer opressões e por mais que sujeitos sejam privilegiados não vão deixar de ganhar benefícios estruturais [...] o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar, porém o lugar que ocupamos

socialmente nos faz ter experiências distintas e perspectivas tb.. a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala refutam a visão universal de mulher (RIBEIRO, 2017, p. 67-69).

Djamila Ribeiro (2017), ao nos advertir que a história tem mostrado que a invisibilidade mata, o faz ao argumentar acerca da discussão foucaultiana sobre o biopoder, que se trata de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Ou ainda, em última instância, “deixar viver ou deixar morrer”. A isso, Ribeiro acrescenta que as pessoas negras, e as loucas (grifo nosso), ao reivindicarem o direito a ter voz, estão reivindicando o direito à própria vida, na acepção de que se definir é um status importante de fortalecimento e de demarcar possibilidade de transcendência da norma colonizadora (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Djamila Ribeiro (2017), partindo da teoria do ponto de vista feminista, argumenta que é possível falar de lugar de fala, dado que a realidade de grupo transcende a experiência individual, salientando que se enfatiza menos as experiências individuais dentro de grupos socialmente construídos do que as condições sociais que constituem esses grupos. E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

Ainda em Djamila Ribeiro (2017), tomando Patrícia Hill Collins (1997), argumenta-se que as condições sociais permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania, sendo este, antes de tudo, um debate estrutural em torno de como o lugar social que certos grupos ocupam restringem ou expandem oportunidades, dada a localização do grupo nas relações de poder. E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

De tal sorte que a loucura pode ser tomada como categoria útil de análise interseccional. É preciso entender as categorias como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos que favorecem desigualdades e criam grupos, em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicadas a indivíduos (RIBEIRO, 2017, p. 61). E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

Louca entendida como em Pelbart (1990), como personagem social produzido com o encargo simbólico de corporeificar a loucura, esta última permeada na perspectiva asilar com ares de preconceito e estigma, todavia na perspectiva psicossocial como modos de existência e estilos de vida.

Para uma possível compreensão histórica, Moreira (2015) ao revisitar Foucault e sua “História da Loucura”, mostra como a questão da loucura se configurou enquanto instituição de determinados saberes, em especial, o saber médico/psiquiátrico, que se apropriou da loucura como objeto, convertendo-a em doença mental e traçando critérios de classificação nosográficas aos/às “desajustados/as” que ameaçavam a ordem social da família burguesa no mundo ocidental. Sendo nesse contexto, como demonstrado pela autora, que as sensibilidades do corpo, atribuídas principalmente à diferença sexual binária, passaram a servir como preceito científico que designam patologias (MOREIRA, 2015).

Contudo, não somente o saber médico/psiquiátrico opera esse processo;

ainda segundo Moreira (2015), o saber psicológico, promovido principalmente pela Psicanálise, tem servido a um discurso fundante de uma “personalidade feminina”, *lócus* privado, centrado na falta, e o discurso em torno da intimidade tem ajudado a separar as questões pessoais das questões políticas, constituindo indivíduos alheios de sua produção de subjetividade atravessadas pelos acontecimentos do mundo público.

O que está em jogo na Reforma Psiquiátrica no que diz respeito à desinstitucionalização é a desconstrução de saberes, práticas e discursos comprometidos com a objetivação da loucura e sua redução à doença. Tratando-se aqui de uma compreensão da instituição enquanto algo dinâmico e necessariamente complexo onde se entrecruzam práticas e saberes que produzem determinadas formas de perceber, entender e relacionar-se com os fenômenos sociais e históricos (AMARANTE, 1994).

É preciso retornar aos princípios da Reforma Psiquiátrica e trazer à memória o que nos adverte Rotelli (1990) “faz-se necessário repetir algo para nós óbvio, mas desconhecido para muitos: a instituição colocada em questão não foi o manicômio, mas a loucura, a própria essência da questão psiquiátrica” (ROTELLI, 1990, p. 89).

Trata-se de uma ruptura epistemológica. Para Rotelli, o objeto sempre foi a “existência-sofrimento e sua relação com o corpo social” (ibidem). Para tanto, a base da instituição inventada necessita de um projeto de desinstitucionalização que coincida com a reconstrução da complexidade do objeto: o problema se tornará não a cura, mas a emancipação, não se tratando de reparação, mas de reprodução social das pessoas em seus processos de singularização.

O olhar médico não encontra o doente, mas a sua doença. Em seu corpo não lê uma biografia, mas uma patologia, na qual a subjetividade do paciente desaparece atrás da objetividade dos sinais sintomatológicos que não remetem a um ambiente, a um modo de viver ou a uma série de hábitos adquiridos, mas a um quadro clínico, cujo enfoque faz com que as diferenças individuais que afetam a evolução da doença desapareçam naquela gramática de sintomas, por meio da qual se torna possível ao médico classificar a entidade mórbida.

Mas quando os sintomas, de expressões de uma dificuldade e de um desequilíbrio nas condições de vida, se tornam simples sinais de uma doença que, ao invés de se inscrever no mundo social, se inscreve no mundo patológico, a doença vem subtraída ao controle do grupo com o qual não pode mais intercambiar. Passa a ser confiada a uma observação de um olhar, o olhar médico que, autônomo, se move em um círculo onde só pode ser controlado por ele próprio e onde soberanamente distribui sobre o corpo do doente o saber que adquiriu (GALIMBERTI, 1984 apud ROTELLI, 1990, p. 91, grifo nosso)

Parafraseando Basaglia, que contribuiu com uma das mais radicais transformações no campo da psiquiatria, trata-se de colocar a “doença entre parênteses”, não no sentido de negação de que exista algo que produza dor,

sofrimento, mal-estar, mas a “recusa à aceitação da completa capacidade do saber psiquiátrico em explicar e compreender o fenômeno loucura/sofrimento psíquico, assim reduzido ao conceito de doença” (AMARANTE, 1994, p 65).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar, então, a atualidade da questão de Sojourner “eu não sou uma mulher?” em processos de reconhecimento de diferenças e particularidades das entre as mulheres. É possível também tomar a interseccionalidade como um conceito em expansão, não restrito às categorias gênero, classe, raça, sexualidade, de tal sorte que a loucura pode ser tomada, em alguma perspectiva, como categoria de análise na perspectiva interseccional.

Para tanto, plasticidade e abertura são necessárias. Necessário é, também, por parte de quem sempre foi autorizado a falar ceder lugar de fala às mulheres loucas, e mais que isso, ceder escuta ao que as loucas dizem de si e de todas nós, outras, tantas, muitas. Processo este que produz inquietação diante dos enquadramentos sociais aos quais as mulheres estão submetidas e das formas como são classificadas quando decidem rompê-los. Não negando essas especificidades é preciso, portanto, unir as lutas feminista e antimanicomial.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, PD. Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 1, n. 1, p. 61-77, 1994.
- ANDRADE, APM. O gênero na política de saúde mental brasileira. In: MALUF SW; TORNQUIST CS. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 273-293.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, 2006.
- CAMPOS IO; ZANELLO V. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. Vivência: **Revista de Antropologia**, n. 48, p. 105-118, 2016.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 17. v. 1, 2002.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** - Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HIRATA, H. Gênero, classe, raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.
- MALUF SW; TORNQUIST CS. Nervos e nervosas no contexto das aflições contemporâneas. In: MALUF SW, TORNQUIST CS. (Org.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 441-457.

MOREIRA, ES. **Gênero e Saúde Mental: entrelaçamentos de diagnósticos psicopatológicos e violência doméstica e familiar contra mulheres**. Monografia. Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. 2015

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

PASSOS, RG, PEREIRA, MO. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidade. In: PEREIRA, MO, PASSOS, RG. (Org.). **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PELBART, PP. Manicômio mental – A outra face da clausura. **Revista Saúde & Loucura**, n. 2, p. 131-138, 1990.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n.2, p. 263-274, 2008.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **FAZENDO GÊNERO 10**, 2013, Florianópolis. Disponível em http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf. Acesso em: 18 Nov. 2018.

ROTELLI, F. In: NICÁCIO, F (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: HUCITEC, 1990, p.89-99.

SILVA, CRS et al. Sofrimento psíquico em mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. **EFDeportes.com**, n. 184, 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd184/sofrimento-psiquico-em-mulheres-brasileiras.htm>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

VARGAS R. A integralidade da atenção à saúde na percepção de profissionais. In: NEGRAO T; VARGAS R; RODRIGUES, LP. (Org.). **Saúde mental e gênero: novas abordagens para uma linha de cuidado – a experiência de Canoas (RS)**. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, 2015, p. 13-40.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V; PORTO, M (org). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 103-122.

ZANELLO, V; BUKOWITZ, B. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v. 20-21, 2011.

ZANELLO, V; BUKOWITZ, B; COELHO, E. **Xingamentos entre adolescentes em Brasília: linguagem, gênero e poder**. Brasília: Interações, 2011.

ZANELLO, V; FIUZA, G; COSTA, HS. Saúde Mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Dossiê Políticas Sexuais e de Gênero no Contemporâneo. **Fratcal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açude 217, 221

Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

E

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160

Educação contra hegemônica 195

Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160

Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137

Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62

Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145

Estadão 47, 48, 49, 53, 54

Experiências educacionais 146, 147

F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

H

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

I

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225

Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192

Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197

Método canguru 12, 14, 15, 16

Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225

Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

O

Organização feminina produtiva 150

Organização social 17, 40, 166, 207, 209

P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223

Pescadoras artesanais 217, 219, 225

Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108

Práticas pedagógicas 146, 147, 148

Prematuridade 12, 14, 19

Protagonismo feminino 35, 62, 63

R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225

Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225

Roda capoeira 195, 200

S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221

Solidão 96, 124, 187, 190

T

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197

Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225

Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200

Volatilidade 124, 125, 126, 134

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-789-5



9 788572 477895